

Reforma Administrativa: Frente rebate crítica de que servidor é “Marajá” ou “Parasita”

A Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público reuniu na quinta-feira (12/11) um economista e uma socióloga para debater pontos da proposta de reforma administrativa (PEC 32/20) encaminhada pelo governo Bolsonaro em setembro. A intenção da frente é “desmistificar” a carreira pública.

De imediato, a socióloga e mestra em ciência política e em políticas públicas pela Universidade Federal Fluminense, Carolina Gagliano, rebateu argumentos que, segundo ela, constam do imaginário dos defensores da proposta do governo.

“Geralmente quando se fala da ideia de marajá ou de parasita, sempre pegam o juiz ou o desembargador como exemplo. Mas nem os juízes nem os desembargadores são a maioria do Judiciário. Na verdade, dentro do Judiciário, a maioria dos servidores são serventuários que não recebem o tal do auxílio-moradia, nem auxílio-paletó nem aqueles salários do topo do funcionalismo de carreira. Dentro do próprio poder, há diferenças importantes a serem consideradas.”

Carolina Gagliano também é assessora técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Ela reclama de “sigilo e falta de transparência” do governo federal quanto aos dados que embasaram a proposta de reforma administrativa e citou dados do Banco Mundial e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que contestam argumentos sobre o tamanho elevado do Estado e o suposto número excessivo de servidores públicos no Brasil.

A socióloga ainda alerta para o que chama de “estratégia de pulverização” do governo ao apresentar diversas propostas com as mesmas medidas ao Congresso Nacional para tentar aprová-las. “Por exemplo, a redução de jornada com redução de salário: isso aparece na PEC 32, que é a proposta de reforma administrativa, mas também aparece no Plano Mais Brasil. Outro exemplo: a contratação de servidores temporários aparece na PEC 32, mas já apareceu, neste ano, na medida provisória 922/20.”

O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Felix Lopez Junior, afirmou que o número de 11,5 milhões de servidores públicos brasileiros é modesto em comparação com outros países em desenvolvimento. De cada 10 servidores públicos, seis são municipais, três são estaduais e apenas um é federal.

A expansão nos municípios, segundo o Ipea, está associada a demandas de políticas públicas criadas pela Constituição Federal em busca da universalização de serviços básicos, como saúde e educação. Alguns servidores estaduais, como os do Rio de Janeiro, estão sem reajuste salarial desde 2014. A maioria das categorias federais também encaram uma espécie de congelamento salarial nos últimos anos. Felix Junior afirmou que comparações do serviço público com o privado não têm levado em conta as demandas constitucionais dos órgãos públicos, nem as diferentes atribuições de alguns cargos.

“Ao olhar com mais cuidado essa composição do funcionalismo entre níveis federativos e a distribuição das remunerações, os dados não autorizam a gente a pensar que o funcionalismo tenha esse perfil remuneratório inapropriado. Muito pelo contrário, na verdade, seria interessante pensar de modo a reduzir as médias salariais precarizadas no mercado de trabalho do setor privado. Ao se adotar as métricas de remuneração do setor privado, sem considerar o brutal processo de precarização e de contenção salarial do setor privado, a gente nivela por baixo.”

O pesquisador do Ipea também avalia que a flexibilização da estabilidade no serviço público traz risco de “captura do serviço público por setores políticos”. Os debatedores alertaram que, se aprovada conforme o texto original do governo, a reforma administrativa tende a precarizar os serviços para uma população que ainda não tem as demandas devidamente atendidas.

O coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, deputado Professor Israel Batista (PV-DF), afirmou que tais debates são fundamentais para a produção de dados confiáveis e a articulação política em torno de tema tão polêmico.

“Já produzimos 14 estudos sobre o serviço público brasileiro: falam sobre a necessidade de liberdade de expressão do servidor, sobre a estabilidade do servidor, sobre métodos para ingresso no serviço público e sobre mecanismos de avaliação de qualidade e desempenho no serviço público. Também temos uma atuação muito forte na articulação política para que a gente possa produzir decisões equilibradas que realmente tragam melhoria para o serviço público brasileiro.”

Servidores retornam ao trabalho presencial durante nova onda da Covid-19

No momento em que os índices de contaminação e mortes da pandemia do novo coronavírus voltam a crescer em todo o Brasil, o Governo negacionista de Jair Bolsonaro sai mais uma vez na contramão do mundo e passa a convocar os servidores federais para retornarem ao trabalho presencial.

Alguns ministérios, órgãos e autarquias já estão com trabalhadores presenciais. Outros já definiram datas para o retorno dos servidores. Os servidores foram afastados das repartições em março por causa da pandemia da Covid-19. Por meio de uma instrução normativa, publicada no último dia 03, o governo autorizou o retorno ao trabalho presencial quando o país atinge o número de quase 6 milhões de infectados e mais de 164 mil mortes causadas pela doença.

A decisão autoritária do Governo, tomada sem que os trabalhadores fossem ouvidos, está causando temor no funcionalismo. A pesquisa “Retorno seguro ao trabalho presencial”, realizada pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), constatou que 90% dos trabalhadores temem voltar ao Trabalho. Hoje, a União possui um quadro de cerca de 600 mil servidores na ativa.

Isso é um absurdo. O Governo não procurou os trabalhadores para dialogar e negociar um retorno. Todos estão apreensivos porque estamos em meio a uma nova onda de contaminação. Enquanto diversos países estão orientando novas quarentenas, Bolsonaro está chamando os brasileiros de maricas e expondo os trabalhadores a doença.

Cada ministério, autarquia e empresa pública deverá estabelecer a data de regresso. Eles terão que limitar a ocupação dos prédios em 50% e os servidores deverão ficar distanciados por no mínimo um metro. A entrada nos órgãos só será permitida mediante triagem e aferição de temperatura. O uso de máscara será obrigatório.

Segundo o secretário geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo, mesmo preservando as pessoas do grupo de risco, o governo faz um laboratório com os funcionários públicos que voltarão a trabalhar presencialmente. “Não está consolidado um protocolo de segurança para o retorno, por exemplo, sobre o uso de transporte público”, destacou. Para ele, a medição de temperatura e o uso de máscara não é o suficiente para a segurança dos servidores.

Exceções

O teletrabalho continuará permitido para os servidores considerados de risco. Os empregados com mais de 60 anos, cardiopatas graves ou descompensados, portadores de pneumopatias graves, imunodepressão, doenças renais crônicas, doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica, cânceres, doenças hematológicas e gestantes e lactantes podem continuar afastados.

Servidores e empregados públicos que tenham filhos ou dependentes em idade escolar ou que morem com idosos, pessoas com deficiência e integrantes do grupo de risco continuarão em trabalho remoto.

Mesmo nos casos excepcionais, o Ministério da Economia faz uma ressalva. “A qualquer tempo, de acordo com a necessidade de serviço, os servidores e empregados públicos em trabalho remoto nos termos presentes nesta instrução normativa poderão ser solicitados a retornar ao trabalho presencial”, destaca o texto.

Teletrabalho

Estudos para implantar as regras do teletrabalho permanente para os servidores públicos também estão sendo elaborados por equipes de ao menos 10 órgãos federais. É que o governo Bolsonaro pretende manter parte dos funcionários públicos fazendo o expediente de casa mesmo após a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus.

Os estudos atendem solicitação do ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, que comemora a economia que o governo vem fazendo às custas dos servidores. No último mês de setembro, o governo divulgou que já havia economizado cerca de R\$ 1 bilhão com o trabalho remoto.

O servidor que optar pelo modelo – em regime parcial ou integral – terá que assinar e cumprir um plano de trabalho. O problema é que as despesas com internet, energia elétrica, telefone e outras semelhantes são de responsabilidade do funcionário que escolher a modalidade. E não haverá horas extras ou banco de horas.

Para Guedes, auxílio emergencial termina em dezembro e novo programa depende de cortes nos salários dos servidores

O ministro Paulo Guedes (Economia) tem dito nos bastidores que a decisão do governo foi tomada e que não haverá prorrogação do auxílio emergencial, que acaba em 31 de dezembro. Uma segunda onda da Covid-19 no Brasil não é tratada como o cenário mais provável na Economia.

Na visão de Guedes, ampliar as transferências de renda para os mais pobres em 2021 para além do que já é gasto com o Bolsa Família depende diretamente da contenção de reajustes automáticos para os servidores. Em termos políticos, isso significa dizer que o Renda Brasil depende da aprovação de reformas como a PEC Emergencial e a PEC dos gatilhos.

A reforma administrativa não tem o mesmo efeito porque Bolsonaro já disse que o aperto só valerá para os novos servidores, gerando impacto nulo no presente.

Os dados que chegaram ao ministro dão conta de que o governo economizou mais de R\$ 150 bilhões com o congelamento de salários em 2020 e 2021 (R\$ 97 bilhões nos estados e R\$ 68 bi na União), pouco menos da metade do impacto da reforma administrativa (R\$ 400 bi).

Servidores da Anvisa criticam indicação de militar para cargo em diretoria na agência

A Associação dos Servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Univisa) criticou, em nota, a indicação do tenente-coronel da reserva do Exército Jorge Luiz Kormann para uma diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Os servidores alegam que a formação acadêmica do militar é incompatível com o cargo. A indicação, feita por Jair Bolsonaro, ainda precisa ser avalizada pelo Senado.

Kormann, que foi indicado para chefiar a diretoria responsável pela avaliação de medicamentos e alimentos, é formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), mestrado em Ciências Militares e teria pós-graduação em administração de empresas e estudos de política e estratégia de gestão.

“Dessa forma, entendemos que a indicação realizada não atende às especificidades da Lei nº 9.986/2000 [...] pois o indicado à diretoria não possui experiência no campo de atividade da agência reguladora, sendo essa experiência ainda mais relevante quando se considera a diretoria que ficará vaga no mês de dezembro”, destaca trecho da nota da Univisa.

ATENDIMENTO PRESENCIAL ESTÁ SUSPENSO NO NÚCLEO REGIONAL ZONA DA MATA

Atenção, filiados (as)!

Tendo em vista o aumento do número de casos de Covid-19, em Juiz de Fora, nos últimos dias e visando preservar a saúde e integridade física de filiados (as), membros da Coordenação e também da Secretária do Núcleo, vimos informar que **O ATENDIMENTO PRESENCIAL ESTÁ SUSPENSO POR TEMPO INDETERMINADO A PARTIR DO DIA 17/11 – 3ª FEIRA.**

Para que os filiados (as) não fiquem prejudicados em suas demandas diversas, as atividades do Núcleo (Secretária e membros da Coordenação) serão realizadas por meio de **HOME OFFICE.**

O atendimento acontecerá de 2ª a 6ª feira, das 9h às 12h e de 13h às 18h. Com horário de almoço das 12h às 13h.

Os (as) filiados (as) que necessitarem de atendimento deverão entrar em contato com o Núcleo Regional Zona da Mata por meio dos telefones: (32) 98815-4550 e (32) 99127-3618 (especificamente nos horários acima mencionados) e/ou email: nucleozonadamata@gmail.com.

Pedimos a compreensão de todos (as) e tão logo a situação seja normalizada os atendimentos presenciais serão retomados.